



# **XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ- REITORES DE GRADUAÇÃO**

**CARTA DE RECIFE**

**AGOSTO, 2013**



## **I – APRESENTAÇÃO**

O Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras congrega as Universidades Federais, os Institutos Federais, as Universidades Estaduais, as Universidades Confessionais e Comunitárias, Centros Universitários e Fundações, constituindo-se em fórum qualificado para representar o sistema brasileiro de uma educação superior que se quer socialmente comprometida, internacionalmente articulada, autônoma, plural e incluyente, e que tenha como princípio norteador a qualidade, referenciada em um sistema de avaliação consistente e capaz de fomentar as mudanças e inovações que se deseja conquistar.

A Diretoria Nacional do ForGRAD, gestão 2012-2013, foi conduzida pela presidente Ana Maria Santos Cabral, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com a vice-presidência da professora Robinalva Borges Ferreira, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), assessorada pelos professores Loreine Hermida da Silva e Silva, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Henrique Mongelli, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Custódio Luís Silva de Almeida, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integraram também a diretoria nacional, nesse período, os seguintes coordenadores e vice-coordenadores dos Fóruns Regionais: região Norte: professor Jorge Luiz Coimbra de Oliveira, da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e professora Adelman das Neves Nunes Barros Mendes, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); região Nordeste: professor Amauri da Silva Barros, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e professor Rubens Edson Alves Pereira, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); região Centro-Oeste: professora Sonia Margarida Gomes Sousa, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS) e professor Virgílio José Taurira Erthal, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF GO); região Sudeste: professora Daniela Trejos Vargas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC RIO) e professora Maria



Auxiliadora de Carvalho Corassa, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e região Sul: professora Elena Maria Billig Mello, da Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e professora Neusa Maria Henriques Rocha, da Universidade de Passo Fundo (UPF).

## **II – O CONTEXTO DA CARTA DE RECIFE**

O Encontro Nacional do ForGRAD, em Recife, reuniu 117 Instituições de Ensino Superior, assim distribuídas: 35 são Universidades Federais, 20 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 02 Cefet, 20 Universidades Estaduais, 23 Universidades Confessionais e Comunitárias, incluindo as 05 PUC's, 16 Centros Universitários e 03 Fundações.

Nesse encontro, mais uma vez, assumimos como compromisso resgatar a memória do Fórum de Pró-Reitores de Graduação, sua missão, suas lutas, seus compromissos e conquistas, e a partir daí, criar um ambiente qualificado para realizar as discussões pertinentes e emergentes sobre a Educação Nacional, atualizar a compreensão coletiva dos seus temas e rumos, e propor soluções para os muitos problemas diagnosticados de Norte a Sul do país. Mesmo focando a educação superior, temos a obrigação de perseguir uma visão sistêmica, não podemos compreender a educação brasileira se não tivermos uma compreensão de conjunto, que inclua todos os níveis de formação, pois somente assim poderemos fazer uma leitura adequada da realidade e realizar uma gestão capaz de propor soluções apropriadas aos desafios. O Encontro Nacional de Recife renova os compromissos históricos do ForGRAD, e conclama todos os Pró-Reitores à participação nesse diálogo coletivo nacional, para que a Educação seja verdadeiramente sustentáculo da emancipação social desejada para o Brasil.

De acordo com a memória do ForGRAD, publicada em 1997, os Pró-Reitores de Graduação iniciaram, nos anos finais da ditadura militar no Brasil, mais precisamente em 1982, suas articulações coletivas, em reuniões anuais, discutindo questões relativas à Graduação brasileira através de



Encontros Nacionais, cujo processo se iniciou em 1983 e estendeu-se até 1987. A partir de 1988, ano da aprovação do Regimento Interno do ForGRAD, os encontros nacionais transformaram-se em Fóruns Nacionais, com a denominação que prevalece até hoje. Ainda em 1988, começaram a ser realizados os Encontros das Comissões Regionais. E neste ano de 2013, embora estejamos realizando a XXVI Reunião Nacional do ForGRAD, o Fórum completa 30 anos de existência.

Enquanto fórum deliberativo, definem-se como objetivos do ForGRAD, em seu regimento:

a) Formular políticas e diretrizes básicas que permitam o fortalecimento das ações comuns às Pró-Reitorias em nível regional e nacional;

b) Contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas de Educação Superior que visem ao pleno desenvolvimento do país, de forma articulada com os órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade civil;

c) Contribuir para a formação acadêmico-administrativa dos Pró-Reitores das IES;

d) Fomentar a socialização de experiências de gestão acadêmica e administrativa entre as IES.

Foi no âmbito do ForGRAD que o tema *Avaliação* apareceu pela **primeira vez**, em 1984. Naquele contexto, o objetivo era focar na racionalização do uso das verbas destinadas às IES, tanto pelas mantenedoras privadas, quanto pelo Ministério da Educação.

Os resultados obtidos ao longo de 10 anos possibilitaram a formulação do Plano Nacional para a Graduação Brasileira, apresentado em 1999. Plano este que foi revisitado e reavaliado sistematicamente ao longo da década de sua vigência, como instrumento referencial para as ações político-acadêmicas concernentes a esse nível de ensino no país. Nesse período, o Fórum atou em diferentes comissões instituídas pelo MEC, dentre as quais ressaltamos: a Comissão de Sistematização das propostas de Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação; a Comissão Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica e a Comissão para o Programa de



Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB. Concebido e executado a partir de 1993 pela comunidade acadêmica, com a devida articulação com a Secretária de Educação Superior - SESu, o PAIUB procurou considerar os diversos aspectos indissociáveis das múltiplas atividades-fim e das atividades-meio necessárias à sua realização, ou seja, cada uma das dimensões: ensino, produção acadêmica, extensão e gestão, em suas interações, interfaces e interdisciplinaridade.

Entretanto, dois anos após a concepção do PAIUB, em 1995, foi implementado, sem prévia consulta às Universidades, o Exame Nacional de Cursos – ENC – conhecido como *Provaô*; sobre o qual recaíram várias críticas, a mais grave era que o exame reduzia a avaliação das IE a uma única prova geral, produzindo retrocesso nas concepções e formas de ensinar e desenvolver conhecimento. Além dessas concepções, registre-se também a avaliação das condições de oferta, que compunham esse cenário avaliativo nacional.

As universidades aderiram voluntariamente à concepção formativa de avaliação, desenvolvida pelo PAIUB, pois já estava claro para o Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de Graduação que a autoavaliação é etapa inicial de um processo que se completa com a avaliação externa; uma nova forma de relacionamento com o conhecimento e a formação, propiciando o alcance de novos patamares de qualidade a partir do diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade. Era o começo do processo de legitimação da cultura da avaliação, que atualmente promove mudanças visíveis na dinâmica das universidades.

A partir da publicação das Leis 9.131/95 e 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), foram progressivamente implementados novos mecanismos de avaliação. Em 2003, com o objetivo de debater e propor respostas às demandas da Educação Superior, o governo federal criou o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, sendo constituída uma Comissão Especial de Avaliação. A proposta apresentada foi o resultado de consultas e audiências públicas e evidenciou tensões e disputas entre os defensores de paradigmas avaliativos conflitantes: avaliação emancipatória e formativa (PAIUB), de um lado, e a avaliação de resultados e de controle

externo das IES (Provão e avaliação das condições de oferta), de outro lado. A proposta da Comissão Especial de Avaliação foi o ponto de partida para a construção de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, cujo objetivo é assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes, visando à melhoria da qualidade da educação superior, à orientação da expansão da oferta, ao aumento da eficácia institucional, ao aumento da efetividade acadêmica e social, ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES. Aprovado em 2004, o sistema instituiu a avaliação integrada, a partir de um tripé avaliativo derivado das experiências anteriores:

- 1) Avaliação das IES derivado da Avaliação institucional, do PAIUB;
- 2) Avaliação de cursos, derivada da avaliação dos cursos de graduação e da avaliação das condições de ensino;
- 3) Avaliação de desempenho dos estudantes, que espelha o exame nacional do desempenho dos estudantes (Provão).

Desta forma, em sua origem, o SINAES acabou transformando-se numa proposta de avaliação híbrida, que mescla características de Avaliação Emancipatória/Formativa (apoiada na autoavaliação participativa da instituição), com as de Avaliação Controladora (a regulação do sistema); e também ampliou o foco da avaliação, usando de forma integrada os três níveis (instituição, curso e estudante), sendo considerado, na origem, um avanço no modelo de avaliação que vem afirmando-se como rede de informação e conhecimento. Os processos avaliativos do SINAES são coordenados e supervisionados pela CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, sendo a operacionalização do processo, uma atribuição do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Já os **responsáveis** pela implementação das ações regulatórias são as Secretarias do Ministério da Educação **responsáveis** por cada modalidade de ensino. E a homologação final dos atos avaliativos é feita pelo Ministro da Educação .

Os desafios do SINAES são muitos, tais como: favorecer e fomentar o desenvolvimento de processos avaliativos; consolidar a realização da

autoavaliação institucional para que se configure em instrumento qualificado de gestão e não se converta apenas em instrumento burocrático; articular as necessidades regulatórias com uma cultura da avaliação nas instituições.

No contexto atual, o ForGRAD tem se preocupado e observado que esses instrumentos avaliativos precisam ser revisitados em sua origem para serem revitalizados. Além da urgência na adequação de percursos curriculares formativos, que possam permitir uma articulação com novos desenhos curriculares; por outro lado, atualmente, o processo de Regulação vem promovendo uma avaliação estritamente controladora e, por isto, muito distante das propostas basilares do SINAES.

Sendo assim, este Fórum aponta para retomada da discussão do SINAES e dos princípios norteadores da Avaliação da Educação Superior, vendo aí a oportunidade para articular todas as demais discussões temáticas importantes para a Educação Brasileira, que vêm sendo discutidas em todos os Fóruns Nacionais e Regionais de Pró-Reitores de Graduação, tais como: Plano Nacional de Educação, Mais Recursos Financeiros para Educação, Expansão, Internacionalização, Formação para a Docência no Ensino Superior, Qualidade da Educação Básica, Qualidade da Educação Superior, Educação a Distância, Assistência Estudantil, Evasão, Retenção, etc. Temos clareza de que esse é um caminho privilegiado para o exercício do protagonismo do ForGRAD no atual contexto da educação Superior Brasileira e uma via orgânica de articulação de parcerias com o Ministério da Educação.

### **III – EIXOS TEMÁTICOS**

Os encontros regionais do ForGRAD, ocorridos na gestão 2012-2013, definiram os eixos temáticos que serviram de referência para as palestras, mesas, painéis e discussões do Encontro Nacional, realizado em Recife. Em

cada eixo temático, listado abaixo, registra-se a ideia orientadora gerada coletivamente nos fóruns:

### **a) A formação de professores para a docência no ensino superior**

Com esse tema, o ForGRAD constata e denuncia a falta (histórica) de políticas nacionais de formação docente para o ensino superior. Trata-se de uma preocupação cada vez mais evidente dos pró-reitores de graduação que têm registrado, além da desmotivação ou dificuldades específicas por parte dos docentes, também as dificuldades de aprendizagem e a falta de estímulo relatadas pelos estudantes. Registram-se, ainda, os conflitos entre estudantes e professores, muitas vezes atribuídos à falta de preparação destes para o exercício da docência, constatados, por exemplo, na falta de habilidade para conduzir, dialogicamente, trabalhos em grupo e situações emergentes da sala de aula.

### **b) A política de ações afirmativas**

O Brasil é um país marcado por profundas desigualdades sociais. A base das injustiças, historicamente sedimentadas, é a econômica, que exclui a maior parte da população dos bens e serviços fundamentais para a vida em sociedade, em especial da educação e da saúde. Nesse sentido, e considerando a ineficiência dos serviços públicos, as políticas de ações afirmativas são importantes e necessárias enquanto o país não diminuir as distâncias entre ricos e pobres. No entanto, o ForGRAD é assertivo ao dizer que essas políticas de inclusão social na educação superior carecem de mais planejamento, mais diálogo, mais articulação, mais investimentos financeiros e, especialmente, carecem de avaliação permanente. Sem isso, a pretendida inclusão com ações afirmativas, não atingirá suas finalidades, uma vez que o estudante, para ser incluído, precisa não só ter acesso à Educação Superior, mas também precisa ter garantidas as condições de permanência até a conclusão do seu curso. Por sua vez, a Universidade



precisa ter condições para garantir a qualidade frente à expansão e às políticas de inclusão do ensino superior.

### **c) Percursos curriculares do ensino superior**

A dinâmica da educação segue o mesmo ritmo das mudanças sociais em nível mundial. Os currículos devem refletir essa dinâmica e precisam ser adequados continuamente à realidade social, econômica e cultural do país. Além disso, mais do que nunca instalou-se a necessidade de uma sintonia fina entre os percursos curriculares das diferentes instituições nacionais e internacionais. Nenhum currículo sobrevive isolado, e isso pode ser constatado mais e mais com o crescimento da mobilidade estudantil nacional e internacional, e das exigências profissionais determinadas pelo mundo do trabalho. Desse modo, os ciclos avaliativos são fundamentais para atualizar, adequar e gerar essas sintonias; e qualquer barreira regulamentar que dificulte as adequações necessárias e contínuas dos currículos aos novos contextos e, também, obstrua a inovação almejada, deve ser demolida. Daí a importância de um diálogo permanente entre as universidades e os setores que regulam a educação superior no país.

### **d) Evasão e Retenção**

Em todos os fóruns de pró-reitores de graduação a evasão e a retenção são temas recorrentes: eis aí um dos maiores desafios para a gestão do ensino superior no país. Se, por um lado, está claro que o Brasil precisa gerar muito mais vagas (praticamente dobrar a oferta atual) no ensino superior para atender à demanda dos jovens entre 18 e 24 anos, como pretende o Plano Nacional de Educação, por outro lado, mesmo com a carência de vagas, o fenômeno da evasão e da retenção assusta as instituições. Como explicá-lo? O ForGRAD tem tentado entender esse fenômeno apontando as múltiplas variáveis que o causam: condições econômicas dos estudantes, falta de mais assistência estudantil, despreparo dos professores para o exercício da docência no ensino superior, formação

básica deficitária dos estudantes, dificuldades de adaptação ao ambiente universitário, currículos e/ou metodologias de ensino e aprendizagem inadequados. E o desafio permanece, precisamos criar instrumentos avaliativos capazes de diagnosticar de forma contextual e precisa as causas da evasão e da retenção para que possamos agir assertivamente e combater eficientemente essas mazelas do ensino superior brasileiro.

### **e) Internacionalização do ensino superior**

Mais recentemente, o ForGRAD incluiu na sua pauta cotidiana a internacionalização da Educação Superior. O Programa do Ministério da Educação *Ciência sem Fronteira* é o impulsionador desse novo desafio. Precisamos nos preparar, em várias frentes, para a implementação da internacionalização, desde a atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, com a conseqüente adequação curricular, até a inclusão definitiva da tarefa de habilitar os estudantes em línguas estrangeiras – especialmente a língua inglesa – passando, obrigatoriamente pelo estabelecimento de processos de acompanhamento e controle do percurso acadêmico de cada estudante em mobilidade internacional. É um grande desafio, sim, mas é principalmente uma grande oportunidade para acelerarmos as intervenções curriculares e, principalmente, para aprimorarmos a avaliação do ensino superior brasileiro, tendo em vista as articulações com instituições de ensino superior de muitos países parceiros do Brasil no processo de mobilidade internacional. Vale considerar que somente quando as universidades brasileiras estiverem atraindo para os seus bancos os estudantes de outros países, especialmente da América do Norte, da Europa e da Ásia, teremos alcançado um patamar de intercâmbio internacional verdadeiramente qualificado.

### **f) Integração entre graduação e pós-graduação**

O ForGRAD tem apontado a necessidade premente de articular cada vez mais a Graduação com a Pós-Graduação. De um lado, faz-se

necessário que a Pós-Graduação se articule mais com os Cursos de Graduação por meio de projetos de tutoria, de projetos de pesquisa, da iniciação científica, do compartilhamento de temas em disciplinas comuns aos dois níveis. Entendemos que isso incentivará os estudantes de graduação a continuarem estudando e se projetando para o futuro; da mesma forma, a pós-graduação pode contribuir muito com a formação dos professores para a docência no ensino superior, pois são dos mestrados e doutorados que saem os professores das nossas instituições de educação superior. Noutro aspecto, a melhoria da qualidade dos estudantes de graduação é a garantia de uma pós-graduação forte, produtiva e com qualidade adequada aos padrões internacionais. O crescimento vertiginoso da Pós-Graduação no Brasil é um bom indicador de que a Graduação precisa ser fortalecida para formar cada vez mais estudantes interessados e qualificados para seguir a vida acadêmica e contribuir para o desenvolvimento do país nas diferentes áreas do conhecimento e, em especial, naquelas áreas de ponta que exigem da universidade mais inovação. Por outro lado, verifica-se a necessidade de valorização profissional das atividades docentes inerentes à formação inicial, com repercussões objetivas junto aos órgãos de avaliação e de fomento da educação superior, no sentido de se buscar uma pontuação menos assimétrica na comparação com as atividades ligadas à pesquisa e à pós-graduação

#### **g) Institucionalização e consolidação e da educação a distância.**

O ForGRAD considera que a Educação a Distância é uma realidade no país, com percurso já trilhado e com uma alta demanda, digna de consideração. No entanto, dois conceitos chaves ainda precisam ser lapidados quando o assunto é Educação a Distância: *institucionalização* e *consolidação*, que pressupõem, entre outros desafios, avaliação, regulação e controle. Sem isso, o futuro dessa modalidade de ensino é incerto e inseguro. Para que essas dimensões da educação a distância no Brasil se tornem realidade é preciso transformar as atuais ações de governo em políticas de

Estado, começando com a definição dos marcos legais que garantam o financiamento dos cursos a distância em vários níveis: definição do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, o investimento na estrutura dos polos em centenas de municípios brasileiros, o custeio da infraestrutura, da assistência estudantil e de todos os demais itens que compõem a formação de nível superior. É preciso criar mecanismos legais e processuais para integrar a modalidade presencial com a modalidade a distância, afinal não podemos admitir assimetrias entre essas duas modalidades, pois isso não contribuiria em nada para a qualificação da educação brasileira. Reconhecemos a Educação a Distância e temos clareza de que as metodologias de ensino por ela desenvolvidas também podem contribuir muito para o avanço metodológico na Educação Presencial. Por isso mesmo, é imprescindível que a institucionalização e a consolidação dessa modalidade não sejam mais adiadas.

## **h) Democratização do acesso à educação superior**

A democratização do acesso à educação superior passa necessariamente por dois pilares de sustentação: a ampliação de vagas e a qualificação da educação básica pública, sendo esta – a qualificação –, circunstancialmente suprida ou compensada por políticas de cotas nos processos seletivos de ingresso. Sendo assim, é importante aumentar continuamente o investimento para a ampliação de vagas, seguindo um planejamento capaz de distribuí-las proporcionalmente em todo o território nacional, fazendo crescer ainda mais o processo de interiorização da educação superior. O outro foco é melhoria da escola pública, para que a imensa maioria da população de jovens em idade universitária possa ter acesso mais qualificado às nossas instituições de educação superior, sem esquecer de que a qualificação da educação básica, por si só, cumpre um importante papel na formação de cidadãos mais críticos e com mais oportunidades de realizações pessoais e sociais. Reconhecemos a importância da *Lei de Cotas Sociais e Raciais*, de programas como o PROUNI e de financiamento como o FIES nesse processo, mas temos clareza de que a

qualificação da escola pública é o verdadeiro pilar da democratização do acesso.

### **i) Qualificação da educação superior no contexto do PNE 2011(?) - 2020**

O Plano Nacional de Educação (lamentavelmente, ainda não aprovado pelo Congresso Nacional) representa grande parte dos anseios da Educação brasileira, pois é resultado de um esforço nacional de elaboração coletiva. Nesse sentido, as pautas do PNE para a educação superior são naturalmente pautas do ForGRAD e a qualidade da educação é um tema constante e insuperável que permeia todos os programas e ações voltados para a educação. No contexto do PNE, a qualidade da educação passa obrigatória e necessariamente pelo financiamento; sendo assim, defendemos a destinação de 10% do PIB para a educação, para que seja possível alcançar as metas históricas do fórum, tais como: a expansão da educação superior com qualidade, a valorização da escola pública, maior investimento em assistência estudantil, o aumento de bolsas em todos os programas existentes: PIBIC, PIBID, PET, e mais recursos para apoiar programas de tutoria ao estudante, garantindo, assim, sua permanência e conclusão do curso. No contexto do PNE, a educação é pensada de modo sistêmico, exigindo que a compreendamos de forma articulada em todos os seus níveis, da educação infantil à pós-graduação. Portanto, a qualidade de cada nível da educação depende fundamentalmente da qualidade do nível imediatamente anterior, comprometendo-nos todos com um Projeto Nacional de Educação que ultrapassa os limites das instituições de educação superior.

### **j) A formação de professores para a educação básica**

Um dos grandes desafios da Educação Superior no Brasil são os Cursos de Licenciatura; destacam-se dois dos principais motivos dessa afirmação: 1) a baixa demanda e os maiores índices de evasão nos Cursos de Licenciatura, que formam os professores para a Educação Básica e, 2) a

pouca atratividade da carreira docente, por conta, sobretudo, de planos de carreira inconsistentes, dos baixos salários e da falta de condições de trabalho. Portanto, se por um lado temos consciência de que a melhoria da Educação Básica no Brasil passa pela qualificação dos Cursos de Licenciatura; por outro lado, sabemos que esses são os cursos que menos atraem os estudantes, em grande parte por falta de perspectivas favoráveis ao exercício da profissão. Diante dessa situação, o ForGRAD defende a imediata valorização da carreira de professor na Educação Básica para que possamos ter as taxas de evasão diminuídas e possamos ver crescer a qualidade desse nível educacional. É preciso, também, criar mais programas de valorização das Licenciaturas, como o PIBID, e incrementar a assistência aos estudantes das Licenciaturas, bem como, valorizar a atuação do professor de ensino superior no âmbito institucional da carreira docente, nos moldes, por exemplo, do consolidado prestígio acadêmico dispensado à pesquisa e à pós-graduação. Além disso, é preciso formar os professores para a docência no ensino superior, tornar os currículos mais dinâmicos e inovar em metodologias de ensino e aprendizagem. A transformação social que queremos pela via da educação, passa pela valorização e formação continuada do professor da Educação Básica.

### **m) Gestão da expansão da educação superior com qualidade**

A expansão da educação superior no Brasil tem sido pauta constante dos fóruns de pró-reitores de graduação em todas as regionais, e é um tema que vem sendo debatido nos últimos encontros nacionais do ForGRAD. Sintonizados com o Plano Nacional de Educação, sabemos que o Brasil carece de muito mais vagas no ensino superior para atingir um patamar de formação condizente com o crescimento econômico e com o desenvolvimento social desejados. No entanto, esse processo precisa ser bem planejado, participativo e acompanhado por procedimentos avaliativos regulares para evitarmos o comprometimento da qualidade, os desperdícios, as discontinuidades e a perda de trabalho e de tempo. Em processos de



expansão vindouros, deve-se considerar os distintos contextos nacionais e não perder de vista as diferenças regionais, especialmente no que diz respeito ao fomento de setores profissionais e áreas do conhecimento e à qualificação de pessoal docente. Deve-se atentar, ainda, para que não haja superposição ou sobreposição na oferta de cursos equivalentes, ao sabor de critérios políticos oportunistas, em detrimento das reais necessidades locais e regionais. Nesse tema, também fica evidenciado que uma visão governamental integrada e um sistema de avaliação são fundamentais para garantir as correções necessárias aos percursos em tempo hábil e para dar suporte à gestão governamental e acadêmica. Somente a expansão pautada na qualidade pode atingir a missão da educação superior como política pública de emancipação nacional.

#### **IV – PROPOSIÇÕES**

O ForGRAD Nacional considera que as discussões dos muitos eixos temáticos já acumuladas ao longo dos últimos anos e renovadas no encontro de Recife, em 2013, dão segurança ao Fórum para fazer algumas proposições muito relevantes para a Educação Superior no Brasil. Nesse sentido, consideramos que a avaliação do Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES é de fundamental importância para incluir no cotidiano acadêmico as reflexões, planejamentos, articulações, adequações e atualizações permanentes de políticas, metas e ações nas diferentes frentes que compõem o complexo sistema formal de educação.

A Educação Superior não pode ficar refém de conjunturas específicas, nem de mudanças em quadros administrativos do governo, nem mesmo da mudança de governo. Acreditamos que por meio de um Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior consistente, fincado em princípios de educação universais e operacionalizado de forma adequada, possamos ter as informações científicas e técnicas para tomarmos as decisões gerenciais e políticas que se façam necessárias. Com isso, queremos dizer NÃO à fragmentação da educação nacional por meio de programas de governo

centralizados e praticados de forma desarticulada, que interferem na autonomia universitária e que muitas vezes não estão lastreados em dados consistentes, nem têm objetivos claros, ficando sujeitos à descontinuidades e gerando incertezas para professores, estudantes e gestores.

Focando no SINAES, por ocasião dos quase 10 anos de sua institucionalização, queremos abraçar uma longa pauta de temas e de proposições, listada abaixo:

- 1 – Dar celeridade à aprovação do Plano Nacional de Educação;
- 2 – Criação e implantação de uma política nacional de valorização da docência no ensino superior, com participação direta da pós-graduação e da CAPES, com a inclusão de itens que valorizem as ações docentes da graduação: no ensino, na pesquisa e na extensão;
- 3 – Ampliação de recursos para a Assistência Estudantil, visando à garantia da permanência e o combate à evasão e à retenção. Além disso, é imprescindível que as próprias instituições de educação superior possam desenhar as formas de aplicação desses recursos de acordo com suas especificidades;
- 4 – Criação de uma política nacional de qualificação dos acervos bibliográficos (impressos e digitais) das IES, com aporte regular de recursos para compra de livros;
- 5 – Implantação de um programa de formação continuada para os avaliadores de IES e de diferentes modalidades de cursos de graduação;
- 6 – Aprimoramento do processo seletivo, com a melhoria da comunicação entre CAPES/CNPq e as IES, e definição do fluxo de acompanhamento dos estudantes nos Programas de Mobilidade Internacional;
- 7 – Integração entre as políticas de graduação e de pós-graduação, com a devida valorização institucional da atuação dos professores na formação inicial dos estudantes;
- 8 – Institucionalização e consolidação da modalidade EAD para assegurar uma política de Estado, com o respectivo dimensionamento dos recursos humanos e materiais necessários; além da atualização dos normativos que orientam e regem a Educação a Distância;



- 9 – Ampliação do diálogo entre as entidades avaliadoras/reguladoras (CNE, INEP, CAPES, SERES, SESu, SETEC) e as IES implicadas na regulação;
- 10 – Criação de ações para diagnosticar a expansão do ensino superior já implantada e para fazer o monitoramento de novas propostas, com base em um trabalho conjunto entre IES / MEC, para identificar a situação atual e definir políticas para novas expansões;
- 11 – Fazer maior investimento na rede pública de Educação Básica, com a valorização da carreira docente, levando em conta um plano de carreira consistente, salários mais atrativos e melhores condições de trabalho nas escolas;
- 12 – Consolidar e ampliar as políticas e os programas de formação de professores, como o PIBID e o ParFor;
- 13 – Aumentar a interlocução com as representações das Instituições de Educação Superior nas definições dos procedimentos referentes ao SiSU e ProUni.

Recife-PE, 21 de agosto de 2013.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação  
ForGRAD

---

Profa. Ana Maria Santos Cabral  
Presidente do ForGRAD, gestão 2012/2013